



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Ampliar o conhecimento dos institutos jurídicos próprios do Direito Administrativo, em especial os relacionados à área de licitações e contratos, no que tange ao assessoramento jurídico pertinente à condução dos processos de contratação, com especial atenção aos ditames da nova Lei de Licitações, aprovada no Senado Federal.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Direção-Geral	Data	8/3/2020
Responsável pela Demanda	Dilene Soares Tavares dos Anjos		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 35 – Cursos

1.4 Valor Estimado

R\$ 5.980,00 (R\$ 2.990,00 por pessoa)

2 Contexto

2.1 Motivação

A capacitação é necessária para promover a atualização dos conhecimentos teóricos diante de inovações legislativas e jurisprudenciais – ressaltando-se a nova Lei de Licitações aprovada pelo Senado –, a fim de que as servidoras da Assessoria possam atuar em consonância com a legislação em vigor, de forma eficiente e eficaz,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

já que emitem pareceres em procedimentos administrativos e em consultas sobre a matéria e, ainda, oferecem subsídios legais e soluções cabíveis à Direção-Geral.

2.2 Resultados Esperados

Otimizar e qualificar os processos de trabalho inerentes aos procedimentos de contratações; identificar boas práticas que visam qualificar a atuação do órgão jurídico e agilizar os procedimentos de contratação pública; garantir a eficácia e a transparência na realização das funções que lhes são atribuídas.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
Planejamento Estratégico Institucional	Objetivo(s) estratégico(s): <ul style="list-style-type: none">• OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Objetivos Organizacionais	Objetivos organizacionais: <ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico: C2 - Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores;• objetivo estratégico: R4 – Obter e executar o orçamento necessário às ações;

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

Menos de 1 ano De 1 a 3 anos Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso do objeto da demanda ou serão beneficiadas

Uma Unidade Duas unidades Três unidades Mais de Três unidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Dilene Soares Tavares dos Anjos
Telefone	(48) 99971-4662
E-mail	dilene@tre-sc.jus.br
Nome do servidor (substituto)	Juliana Felipe Bartras
Telefone	(48) 3223-0919
E-mail	jbartras@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC – Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Atualização das servidoras da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

Diante das constantes inovações legislativas e jurisprudenciais, em especial a aprovação, pelo Senado Federal, da nova lei de licitações, faz-se necessário capacitar as servidoras da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, uma vez que analisam e emitem pareceres referentes à condução dos processos de contratação e apresentam soluções legislativas a problemas enfrentados pela Administração na área de licitações e contratações.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Dilene Soares Tavares dos Anjos
Substituto	Juliana Felipe Bartras
Integrante Técnico	Guilherme Augusto Delbem
Substituto	Paulo Fernando Lenzi
Integrante Administrativo	Giovanni Turazzi
Substituto	Victor Pereira de Castro

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

O evento a ser contratado deverá conter tópicos e discussões que visem à qualificação dos assessores jurídicos dos órgãos públicos, para que possam atuar nas tarefas de consultoria e de suporte jurídico ao gestor, mais especificamente daqueles que lidam com licitações e contratos administrativos.

1.3.1 Requisitos Funcionais

Importante que sejam exploradas boas práticas que visam qualificar a atuação da unidade jurídica e agilizar os procedimentos de contratação pública e que tratem da nova lei de licitações aprovada pelo Senado Federal.

A capacitação deverá ser desenvolvida por profissionais com notória experiência na condução de trabalhos de Assessoria Jurídica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Considerando a decretação de estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde e o disposto na Portaria P n. 51/2020 (art. 3º, IV), o serviço deverá ser prestado de forma online, a fim de evitar qualquer deslocamento por parte das servidoras. A capacitação deverá se desenrolar em linguagem clara, com aulas expositivas e dialogadas, com transmissão ao vivo, via plataforma online, abordando-se casos práticos e com disponibilização de material complementar para leitura.

1.4 Eventos Disponíveis no Mercado

A empresa Inove Soluções em Capacitação em Eventos Ltda. promoverá o 3º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos e suas Boas Práticas, que será realizado nos dias 25 a 28 de maio de 2021.

A empresa apresenta bom conceito junto ao mercado, trabalhando com profissionais com notória especialização.

Contratação por inexigibilidade.

<https://inovecapitacao.com.br/congressodeassessoriajuridica/>

1.5 Contratações Públicas Similares

A Inove Soluções em Capacitação em Eventos Ltda. – ME está oferecendo o curso ao público em geral, por meio de seu site, não havendo distinção entre os preços praticados para a Administração Pública e para os demais públicos

1.6 Custos Totais da Demanda

Valor: R\$ 2.990,00 por pessoa, totalizando R\$ 5.980,00

1.7 Análise do Evento Identificado, Escolha e Justificativa do Objeto

O 3º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos e suas Boas Práticas visa qualificar Assessores Jurídicos que atuam na área de licitações e contratos e realizar estudos sobre as atribuições e responsabilidades desses profissionais. Será ministrado por Procuradores Federais da Advocacia-Geral da União, Procuradores de Estado e professores de Direito Administrativo, os quais irão apresentar, também, soluções para problemas decorrentes de interpretação da legislação referente a licitações e a contratos administrativos, em especial a nova lei de licitações aprovada pelo Senado Federal,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ressaltando os entendimentos e as interpretações mais relevantes relacionados ao tema.

1.7.1 Descrição do Objeto

Evento de capacitação com vistas à atualização dos Assessores Jurídicos, incluindo temas polêmicos sobre a matéria, boas práticas e aspectos iniciais da nova lei de licitações.

1.7.2 Alinhamento do Objeto

Plano de Aquisições Anexo I – Item 45 – cursos-inscrições

1.7.3 Benefícios Esperados

Servidoras capacitadas e atualizadas para que possam bem atuar nas tarefas de consultoria e de suporte jurídico ao gestor, mais especificamente na área de licitações e contratos administrativos

1.8 Adequação do ambiente

O evento será realizado a distância, de forma online, sem necessidade de adequação do ambiente.

1.9 Plano Anual de Capacitação

O tema está previsto no Plano Anual de Capacitação 2021 deste Tribunal.

1.10 Orçamento estimado

R\$ 5.980,00 (cinco mil, novecentos e oitenta reais).

2 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Considerando as conclusões obtidas nos presentes Estudos Preliminares, conclui-se pela viabilidade da contratação.

Florianópolis, 11 de março de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Atualização das servidoras da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Capacitar as servidoras da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, uma vez que analisam e emitem pareceres referentes à condução dos processos de contratação e apresentam soluções legislativas a problemas enfrentados pela Administração na área de licitações e contratações.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

O evento tem por objetivo ampliar o conhecimento dos institutos jurídicos próprios do Direito Administrativo, em especial os relacionados à área de licitações e contratos, no que tange ao assessoramento jurídico pertinente à condução dos processos de contratação. Pretende, ainda, solucionar problemas decorrentes de interpretação da legislação referente a licitações e a contratos administrativos, apresentando os entendimentos e as interpretações mais relevantes relacionados às normas de contratação de bens, serviços e obra, principalmente sobre o texto da nova lei de licitações, aprovada pelo Senado Federal.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Por meio da capacitação solicitada, espera-se que as servidoras aprofundem seus conhecimentos na sua área de atuação, que é a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, uma vez que o evento visa à qualificação dos assessores jurídicos dos órgãos públicos, para que possam atuar nas tarefas de consultoria e de suporte jurídico ao gestor, mais especificamente daqueles que lidam com licitações e contratos administrativos.

Ademais, serão exploradas boas práticas, no intuito de qualificar a atuação do órgão jurídico e a agilizar os procedimentos de contratação pública, e serão apresentados os entendimentos iniciais acerca da nova lei de licitações, aprovada pelo Senado Federal.

2.2.1 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI 2016-2021	<ul style="list-style-type: none">• OE 6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas• OE8 – Fortalecimento da governança
Instrumentos Estratégicos Setoriais PEJESC	Planejamento Estratégico da EJESC <ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico: C2 – Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico: R4 – Obter e executar o orçamento necessário às ações;• ação estratégica: Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD 2020)
Plano de Aquisições 2021	<ul style="list-style-type: none">• Anexo I – Item 45 – Cursos - inscrições

2.3 Estudos Preliminares do Objeto

Juntados aos autos do PAE n. 8.803/2021.

2.4 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Duas inscrições em evento de capacitação para promover a atualização das servidoras Dilene Soares Tavares dos Anjos e Juliana Felipe Bartras.

2.5 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares

2.6 Caracterização e Composição do Objeto

- a) Nome: 3º Congresso Nacional Sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos e suas Boas Práticas
- b) Empresa: Inove Soluções em Capacitação em Eventos Ltda. – ME
- c) Período: 25 a 28/5/2020
- d) Carga horária prevista: 30 horas
- e) Quantidade de participantes: 2 (duas) servidoras
- f) Local: à distância, ao vivo.
- g) Ministrantes: Rafael Sérgio de Oliveira, Daniel Barral, Ronny Charles Lopes de Torres (Procuradores Federais da Advocacia-Geral da União – AGU) Anderson Pedra, Raquel Melo Urbano de Carvalho, Hamilton Bonatto (Procuradores Estaduais), Rafael Carvalho Rezende Oliveira (Procurador Municipal), Victor Amorim (Presidente da Comissão de Licitação do Senado Federal), Cristiane Fortini, Irene Patrícia Nohara e Tatiana Camarão (administrativistas)
- h) Material disponível para download para leitura complementar

2.7 Parcelamento e Adjudicação

Considerando a natureza da contratação, o parcelamento do objeto é inviável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8 Seleção do Fornecedor

A contratação deverá ocorrer por inexigibilidade de licitação, tendo a escolha do evento se dado por se tratar de evento específico para a atuação de Assessores Jurídicos em Licitações e Contratos, que conta com a participação de Procuradores Federais da Advocacia-Geral da União e Procuradores Estaduais e Municipais e diversos administrativistas de destaque na área. E, ainda, o evento propõe apresentar soluções para problemas decorrentes de interpretação da legislação referente a licitações e a contratos administrativos, ressaltando os entendimentos e as interpretações mais relevantes relacionados ao tema e, ainda, apresentar os primeiros entendimentos acerca da nova lei de licitações aprovada no Senado Federal.

2.9 Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/1993.

2.10 Impacto Ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental decorrente da contratação, uma vez que se trata de evento online. Ademais, o material de apoio será disponibilizado em formato digital.

2.11 Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e o da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA/EJESC (que poderão atuar em conjunta ou isoladamente), ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.

2.12 Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta da empresa, constante do PAE n. 8.803/2021;
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade online (síncrona), com base no conteúdo programático detalhado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.12.1 Critérios de Habilitação

Regularidade fiscal e trabalhista.

2.13 Custo estimado da contratação

R\$ 5.980,00 (cinco mil, novecentos e oitenta reais).

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

- a) Carga horária prevista: 30 horas
- b) Conteúdo programático mínimo, conforme folder da empresa:

<https://inovcapacitacao.com.br/congressodeassessoriajuridica>

Florianópolis, 11 de março de 2021

Dilene Soares Tavares dos Anjos
Integrante Demandante

Paulo Fernando Lenzi
Integrante Técnico

Giovanni Turazzi
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O evento está previsto para ser realizado nos dias 25 a 28 de maio de 2021, em ambiente virtual disponibilizado pela empresa contratada, com carga horária prevista de 30 horas.

A gestão da contratação será realizada pelo servidor titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e o da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA/EJESC (que poderão atuar em conjunta ou isoladamente, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos), em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.1. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de finalização do curso, com o cumprimento da carga horária prevista e do programa divulgado.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.2 Pagamento

O pagamento será realizado após a finalização do curso, com o devido cumprimento de todas as obrigações contratuais.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

A atestação da execução do serviço somente se dará após as servidoras participantes avaliarem o evento e encaminharem o certificado para ejesc-acera@tre-sc.jus.br.

1.3. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste Projeto Básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4 Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Projeto Básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.